

11 MAI 1991

Brasil

O Brasil de Zélia a Marcílio

HUMBERTO E.C. MOTA

A mudança no comando do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento traz um bom momento para reflexão. Nos últimos tempos havia se tornado moda ser pessimista. Entretanto, uma leitura desapassionada e atenta da realidade demonstra que, se existem fundadas razões para preocupações, há também motivos concretos para se acreditar que, em linhas gerais, o País está no rumo certo e importantes avanços foram obtidos no último ano.



Deve-se lembrar que o presidente Fernando Collor assumiu o governo dentro de um quadro extremamente difícil, com uma inflação registrada de 6.231,3% medida pelo IGP da Fundação Getúlio Vargas nos últimos 12 meses do governo anterior. O déficit projetado era de 8% do PIB (conceito operacional), para o exercício de 1990. Um balanço sintético de abril de 1990 a março de 1991 mostra uma inflação de 359,04%, igualmente medida pelo IGP da FGV. O déficit operacional previsto de 8% do PIB se transformou num superávit de 1,2% do PIB em 1990. A expansão da base monetária situou-se em 491,1% nos primeiros 12 meses do governo Collor, contra 5.830,4% nos últimos 12 meses do governo anterior.

Deve-se recordar que foi por melhor perceber esta realidade e denunciar a falência do Estado paternalista, a ineficiência dos serviços públicos, a má gestão dos recursos estatais, prometendo combater esses males e assim estabilizar a economia brasileira, acabando com o flagelo da inflação, que Fernando Collor saiu do governo de Alagoas para a Presidência da República. Ao identificar corretamente as angústias nacionais, ele derrotou candidatos que tinham embasamentos partidários e apoios aparentemente sólidos e suficientes para impedir que um jovem e quase desconhecido político de apenas 40 anos ganhasse a primeira eleição presidencial direta desde 1960.

Entretanto, um ano depois de empolgar a maioria absoluta do eleitorado brasileiro, o presidente Collor lança um programa que visa exatamente resgatar os compromissos da campanha vitoriosa e a reação obtida varia da indiferença à hostilidade. Ao buscar explicações para realidade aparentemente tão contraditória, não é errôneo concluir que nesses 12 meses o governo foi, em linhas gerais, coerente com seu discurso eleitoral.

Evidencia-se então que o problema se localiza na parte gerencial. O governo tem acertado no atacado, optando por políticas adequadas, realistas e inovadoras, mas, simultaneamente, tem falhado com frequência no varejo, consequências de metas irrealistas fixadas, tais como acabar com a inflação de uma só vez, privatizar uma estatal por mês, fechar 1.500 agências do Banco do Brasil, insistir com o congelamento de preços.

Mas a questão principal foi o fato de não se terem estabelecido alianças de apoio, indispensáveis para um programa simultâneo de estabilização e modernização econômica. Abriram-se de uma só vez frentes de lutas com sindicatos, empresários, funcionários públicos, classe média (o congelamento da poupança), políticos.

Pela incapacidade de compor alianças, a equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello se isolou até dentro do próprio governo. É importante considerar, entretanto, que mudanças estruturais significativas estão em curso. A nova política industrial e de abertura para o Exterior representa inovação estrutural capaz de produzir resultados fundamentais para o futuro desenvolvimento do País.

O caráter modernizante e liberalizante que tem marcado as mudanças estruturais deverá permitir, sem dúvida, importantes ganhos de eficiência no sistema produtivo do Brasil. A preparação de cenários sobre o futuro da economia brasileira precisa levar em conta esse fato, que talvez es-

teja passando despercebido em face das dificuldades conjunturais.

Os retrocessos conjunturais têm contribuído para dificultar uma percepção mais clara da verdadeira tendência de modernização do País. Na área de controle de preços, por exemplo, o governo Collor começou um congelamento. A seguir veio a total liberalização. Instituiu-se novo controle em janeiro deste ano. Mas não temos dúvida de que a liberdade na fixação de preços é a verdadeira tendência. Acreditamos também que as seguintes tendências se confirmarão:

- redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, estimulando a racionalização da indústria nacional;
- redução progressiva de subsídios e reservas de mercados;
- redução progressiva da participação estatal direta nas atividades produtivas, pelo processo de privatização.

Há hoje no Brasil ampla consciência de que o Estado deve voltar às suas funções clássicas de investir na infra-estrutura social, como educação básica, saneamento, saúde e segurança pública. Setores da infra-estrutura econômica, como energia, transportes, portos, armazenagem, siderurgia, petroquímica, telecomunicações, serão gradualmente assumidos pelos capitais privados.

As exportações brasileiras poderão se expandir substancialmente na medida em que a política cambial e mecanismos financeiros apropriados criem espaço para tal. O Brasil exporta atualmente pouco mais de US\$ 30 bilhões/ano. Não existe nenhuma razão para que essa cifra não possa chegar ao nível de US\$ 50 bilhões/ano em prazo relativamente curto. Nada impede, portanto, que o País venha a obter superávits na balança comercial que tornem viável o pagamento dos compromissos externos. Trata-se de uma questão gerencial que poderá ser resolvida.

Do lado das importações já foram eliminados os controles quantitativos e o impedimento antes existente para importação de cerca de 1.200 produtos. A política tarifária tenderá a representar o único instrumento de controle das importações, pois a abertura do País para o Exterior é um objetivo claro da nova política industrial.

Uma análise desapassionada e impessoal, olhando o País e não apenas homens e contingências, demonstra que, quando se tem um programa de ação correto, retificar desvios de percurso, os quais são naturais e inevitáveis em qualquer processo executivo, é não apenas possível como aconselhável e imperioso. Seria trágico se a situação fosse inversa.

Um edifício cujo projeto tenha sido corretamente feito pode ficar pronto de acordo com a projeção original, mesmo se durante sua construção tiverem ocorrido falhas de execução.

Entretanto, a partir de um projeto erroneamente concebido não se constrói nenhum edifício. Visto por esse ângulo, um governo que já demonstrou ter ousadia e coragem suficientes, na medida dos desafios que o País enfrenta, pode corrigir os desvios de rumo e concluir bem sua travessia.

Principalmente se o barco dessa jornada é um país sem conflitos étnicos, com uma população de 150 milhões, em sua maioria jovem, que chegará ao final da década auto-suficiente na produção de combustíveis, de alimentos e com um parque industrial moderno e competitivo.

A crise vivida pelo País em março de 1990 exigia uma dose de coragem e determinação que muitas vezes só a juventude tem. A ex-ministra Zélia Cardoso de Mello teve ambas.

O momento atual reclama uma capacidade de negociação que só a experiência oferece. O novo ministro Marcílio Marques Moreira a possui, conquistada numa carreira vitoriosa na diplomacia e nos negócios, mesclada por uma rica vivência intelectual.

Tudo indica que na última quarta-feira houve apenas uma substituição de ministros e não uma mudança de política.

□ Humberto E.C. Mota, dirigente empresarial, é vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.